

Hegel a liberdade (cultura) era síntese formada na relação com as coisas humanas, adverte Adorno, evocando assim a parcialidade da “cultura” agora reinventada. Não se trata de:

“(…) uma transformação da formação no velho estilo (Hegel, por exemplo — WLM), mas sim de semiformação. (...) o mundo das representações tradicionais de cunho religioso foi ríspidamente rompido. E seria ocupado pelo espírito da indústria cultural; contudo o *a priori* do conceito de formação cultural próprio da burguesia, a autonomia, não teve tempo para se formar. A consciência transita imediatamente de uma a outra heteronomia; no lugar da autoridade da Bíblia, a autoridade da televisão” (...) (Adorno, p. 99).

No plano “subjetivo” a ideologia aparece como integração, as barreiras se dissolvem aparentemente na comunicação; barreiras, porém, mantidas no âmbito objetivo; no plano econômico nada mudou: a comunicação ocorre nos limites da indústria cultural e da semiformação. Na verdade, lembra Adorno, as condições da produção material do capitalismo avan-

çado não toleram o tipo de experiência — no caso: autonomia — no qual se fundamentavam os conteúdos tradicionais da formação cultural. Assim, apesar de aparentemente ser promovida, a formação cultural seria de fato tolhida (Adorno, p. 100-101). Quando se debilita a consciência de classe,

“se, como antítese à socialização da semiformação, só se presta o conceito tradicional de formação cultural, ele próprio alvo de crítica, então isto acontece premido pela necessidade de uma situação em que não há outro critério melhor que este, que é muito questionável, porque ela perdeu sua possibilidade (de realizar a filosofia na sociedade de classes — WLW)” (Adorno, p. 102).

Nesse “retorno à formação”, retornam também suas figuras:

“Um *slogan* culturalmente semiformado que outrora viu dias melhores (e portanto sabe de suas deformações — WLM) é ressentimento; a semiformação ela própria, porém, é a esfera do ressentimento como tal, que censura àqueles que conservam algum lampejo de autodiscernimento” (Adorno, p. 116).

James Petras e Morris Morley

Empire or republic? American global power and domestic decay
Nova Iorque, Routledge, 1995.

João Roberto Martins Filho (Departamento de Ciências Sociais, UFSCar)

Império ou república? O título do livro de Petras e Morley exige talvez um esclarecimento. Desde seus primórdios como nação, as ex-colônias britânicas na

América viram surgir intensa polêmica sobre as relações entre a prosperidade e a democracia internas e a capacidade de aumentar suas fronteiras físicas e comer-

ciais. A construção de um império debilita ou fortalece a república? Como lembrou William Appleman Williams em seu livro seminal *The tragedy of american diplomacy*, desde sua criação os Estados Unidos sempre discutiram os vínculos entre crescimento externo do Estado e republicanismo democrático. A partir de James Madison (1751-1836) — o quarto presidente do país —, uma forte corrente de pensamento passou a defender que esta relação era positiva: o império ajudaria as forças internas favoráveis à república. Os frutos da riqueza comercial advindos da expansão impediriam rupturas no tecido social do país. Nas palavras do senador William Frye, ao debater a necessidade de garantir o mercado chinês, na conjuntura de aguda crise recessiva dos anos 1890: “Ou temos o mercado ou temos revolução”.

Com efeito, uma vez encerrado o ciclo de colonização das terras “virgens” ou estrangeiras adjacentes, a crise econômica dos noventa despertou a certeza da vocação dos Estados Unidos para a expansão econômica ultramarina. O historiador Frederick Jackson Turner (1861-1932) proporia a seguir sua “teoria das fronteiras”. Nas eleições presidenciais da primeira década do século essa perspectiva se consolida e, com Woodrow Wilson, presidente entre 1913 e 1921, o Partido Democrata aderiu definitivamente à política de expansão global. A partir daí, discutia-se não a necessidade de tal política, mas a forma mais eficaz de alcançar seus frutos.

O caráter polêmico de *Empire or republic?* define-se, assim, por sua tese central que vai contra a corrente de um pensamento há muito estabelecido e uma experiência imperialista consolidada. Para seus autores, nas décadas de

trunfo do neoliberalismo, criaram-se as condições para uma inversão fundamental na equação que aqui se examina: dadas as mudanças ocorridas desde o final dos anos setenta, o império não favorece a república, a potência imperial não tem mais o dom de fortalecer a prosperidade e a democracia no plano doméstico. Não há mais relação entre capacidade de expansão externa e bem-estar e estabilidade na terra-mãe. Como sugere o próprio título do livro, o poder global dos Estados Unidos tem fomentado, não o progresso, mas a decadência interna.

A tese de que o custo do império é pago internamente e leva à decadência não é nova. Em *Ascensão e queda das grandes potências*, Paul Kennedy argumentou fortemente nesse sentido. A novidade da obra de Petras e Morley está na ênfase que colocam não na relação entre poderio militar e decadência econômica, mas nos efeitos internos dos processos de internacionalização do capital. Para eles, os Estados Unidos constituem hoje uma economia cada vez mais dividida entre um setor afluente que faz negócios externos e um setor decadente voltado para a economia interna.

A hegemonia global dos Estados Unidos criou uma economia bipartida. A estrutura de classes do país reflete essa cisão: um setor produtivo vincula-se ao mercado internacional, um outro setor, especulativo e improdutivo, atua prioritariamente na economia doméstica. A expressão política dessa situação seria um Estado cada vez mais adaptado aos interesses dos setores internacionalizados e crescentemente restrito, no plano interno, à função de *enforcer*, ou aplicador da ordem e da

lei. Nesse quadro, a tese central do livro é clara: ao fortalecer o capital especulativo transnacional, o crescimento imperial alimenta-se da decadência da república, não apenas no sentido de deterioração das condições sociais e econômicas da maioria, mas também no que tange às condições propícias para a participação política.

As cifras recentes que apontam para uma recuperação da economia americana, embora agucem no leitor a curiosidade sobre como os autores as explicariam, não questionam necessariamente as teses de Petras e Morley. Não, se essa recuperação é feita às custas da diminuição de salários, perda de trabalho e cortes sociais, ou se as melhorias nesses índices são desigualmente distribuídas, não atingindo as minorias étnicas e a população negra. Afinal, um dos aspectos chave da argumentação dos autores é justamente a capacidade do império crescer, mas desigualmente.

Um livro, quatro teses

Quatro teses resumem a análise de *Empire or republic?*: 1) O fim da guerra fria consolidou o país como potência militar e política; 2) Em todos os índices de eficiência produtiva, a economia doméstica perde cada vez mais terreno diante de suas concorrentes asiáticas ou européias; 3) Os setores multinacionais crescem mais que os domésticos; 4) Para crescer, o império saqueia recursos da economia interna.

Esses argumentos são defendidos em três capítulos e um epílogo. No primeiro, examina-se a nova ordem mundial e o revivescimento do poder global dos Estados Unidos, com a correlata escalada nos gastos militares, que aumenta as exigências sobre a economia doméstica. Aqui, os autores reafirmam a tese

comum no seio da esquerda de que a corrida armamentista de Reagan aguçou a crise da economia soviética, ao mesmo tempo que desmistificam a “nova ordem”, ao mostrar que o “Defense Planning Guidance” de fevereiro de 1992 posiciona-se nitidamente pelo avanço no plano mundial: “Nosso primeiro objetivo é impedir o reaparecimento de um novo rival, seja no território da União Soviética, ou em outra parte, que coloque uma ameaça do tipo da antes colocada pelos soviéticos” (p. 15).

O segundo capítulo discute o declínio doméstico. Comparando os Estados Unidos a seus principais concorrentes econômicos, principalmente Japão e Alemanha, Petras e Morley pintam um quadro surpreendente da economia americana. Para eles, a ascensão do capital financeiro erodiu a posição externa e os fundamentos internos do capital industrial e a falta de ação do Estado só fez agravar essa tendência. Nos Estados Unidos de hoje, segundo eles, há um fascínio pelo investimento especulativo e pela ação imediatista. Ou, como observou o executivo japonês Akio Morita: “Os americanos fazem dinheiro jogando o “jogo do dinheiro”, principalmente fusões e aquisições, simplesmente movendo o dinheiro de um lado para o outro (...) ao invés de criar e produzir bens com algum valor real” (p. 35).

Na era Reagan-Bush, a deterioração interna caminhou passo a passo com a expansão econômica externa, criando um *gap* entre os circuitos internacionalizados e o grande capital interno, que uma política de comércio francamente favorável aos primeiros só fez alargar. Assim, o debate sobre declínio e expansão colo-

ca-se em novo quadro: para as corporações transnacionais não há decadência econômica. Por outro lado, parece cada vez mais cínico atribuir a estagnação à falta de poupança interna. Como também o parece a tentativa de construir uma ideologia demagógica que culpa a “concorrência desleal” dos japoneses pelos problemas ianques.

O capítulo terceiro trata da política de supremacia externa, que impede qualquer tentativa consistente de recuperação interna: “A construção imperial global dos Estados Unidos produz, no plano interno, uma economia e uma sociedade bipartidas, típicas do Terceiro Mundo: a maioria da população liga-se a uma economia decadente e uma elite às redes globais que se alimentam dos serviços privados e subsídios públicos”. Trata-se, para os autores, de alternativas excludentes: “o Estado não pode simultaneamente manter um império global e fornecer os serviços e fundos tão críticos para o revivescimento de uma economia nacional mais dinâmica” (p. 64). Os índices de declínio na saúde, equipamentos urbanos e segurança pública são, nesta parte, impressionantes. Assim, o preço pago pelo florescimento do setor internacionalizado é o *welfare state* americano. Por sua vez, no plano da

participação política, o enfraquecimento do Legislativo e a desvalorização do eleitorado são ao mesmo tempo causa e consequência do sucesso no plano global. No epílogo, os autores mostram como, apesar das promessas, o governo Clinton não apresentou nesse sentido qualquer modificação digna de nota na agenda neoliberal.

Publicado em 1995, *Empire or republic?* mereceria hoje uma atualização, que examinasse as recentes tendências de crescimento e a propalada revitalização da economia americana. Por outro lado, no livro de Petras e Morley o leitor não encontra pistas para uma alternativa de resistência ao neoliberalismo, por parte dos setores sociais que sofrem suas consequências. Recentemente, porém, a maior greve dos últimos 25 anos nos Estados Unidos — envolvendo 180 mil trabalhadores na gigantesca empresa UPS, que praticamente monopoliza a entrega de encomendas no país — parece apontar para os limites suportáveis da tercerização e do emprego do trabalho parcial. É necessário esperar para ver os efeitos de médio prazo desse movimento sobre o sindicalismo americano. De todo modo, evidenciou-se aí que há afinal um chão para as sucessivas voltas no parafuso da reengenharia neoliberal.

Ruy Braga

A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea

São Paulo, Xamã, 1997 — 298 páginas

Hector Benoit (professor do Departamento de Filosofia da Unicamp)

Em sentido contrário às análises dominantes (quase todas, de uma maneira

ou de outra, apologéticas do capitalismo contemporâneo ou apenas lamen-

FILHO, João Roberto Martins. Resenha de: PETRAS, James; MORLEY, Morris. Empire or republic? American global power and domestic decay. Nova Iorque: Routledge, 1995. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.2, 1995, p.165-168.

Palavras-chave: Império; República; Estados Unidos.